

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

(AUDIÊNCIA PÚBLICA) REQUERIMENTO Nº , DE 2005 (da Sra. Clair Martins)

Solicita seja realizada audiência pública conjunta com a reunião já agendada com os servidores do Ministério da Cultura, para 25/10/2005, devendo, para tanto ser convidado o Ministro da Educação ou representante para tratar da criação da Carreira de Especialista em Políticas Educacionais do Ministério da Educação, FNDE e INEP, em tramitação através do PL 5954/05, de autoria do Deputado Federal Wasny de Roure.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requiro a V. Exa, ouvido o Plenário desta Comissão, seja , devendo, para tanto ser convidado a comparecer a este órgão técnico, **em reunião de audiência pública a se realizar em 25/10/2005**, o Senhor Ministro da Educação ou representante para tratar da criação da Carreira de Especialista em Políticas Educacionais do Ministério da Educação, FNDE e INEP, em tramitação através do PL 5954/05, de autoria do Deputado Federal Wasny de Roure.

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores estão em mobilização constante, sem contudo ter desencadeado um processo de greve, reivindicando a criação da Carreira de Especialista em Políticas Educacionais do Ministério da Educação, FNDE e INEP na mesa setorial de negociação.

No entanto, não houve avanço na implementação da criação da carreira, estando em tramitação o pleito em questão através do PL 5954/05, de autoria do Deputado Federal Wasny de Roure.

Há a necessidade de se fortalecer a educação, não só com recursos, mas com pessoal especializado e bem remunerado, tendo em vista que há 20 anos essa categoria vêm pleiteando a criação da carreira com o objetivo de valorizá-los e possibilitar a profissionalização.



858FA29F15

Não adianta realizar concurso público com os salários oferecidos, vez que, somente esse ano, 40% dos últimos aprovados já desistiram das vagas em razão dos salários, induzindo à terceirização, que é aviltante, vez que seus salários são até 4 vezes mais do que os concursados.

Ressalte-se que esses trabalhadores são responsáveis pela elaboração das políticas públicas para a educação, o financiamento de forma supletiva aos sistemas de ensino, monitoramento, avaliação e pesquisa no âmbito da educação.

Contam com um quadro de servidores dispersos em algumas nomenclaturas constantes de um plano de cargos instituído na década de 70, com remuneração pouco atraente, progressão e crescimento desfocado da profissionalização.

Não é possível que esses servidores não sejam contemplados com uma carreira específica, pois enquanto administração direta e autárquica, não podem ficar aquém das instituições setoriais como as instituições federais de ensino e as escolas técnicas federais.

Há que se ressaltar, ainda, que os governos sempre privilegiaram a criação de carreiras para as áreas meio, em detrimento da finalística, sendo este o momento da educação, vez que é ela a responsável pelo desenvolvimento, melhoria qualitativa de vida e cidadania.

Frise-se que a questão envolve apenas 6000 (seis mil) servidores, entre ativos e inativos, sendo, portanto, o impacto financeiro irrelevante.

Esses são os motivos pelo qual solicito o apoio dos nobres pares em sua aprovação, por acreditar na necessidade de atendimento desse pleito.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputada DRA CLAIR
(PT-PR)



858FA29F15